

SUMÁRIO

Siglas e Abreviaturas	33
------------------------------------	-----------

Introdução	37
-------------------------	-----------

1

As garantias da Magistratura nas Constituições do Brasil	39
---	-----------

1. A Constituição Imperial de 1824 e o Desembarque de Serinhaem.....	39
2. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 à luz dos postulados das Revoluções Francesa e Americana	44
3. A efêmera Constituição Federal de 1934	44
4. A Constituição Federal de 1937 e o matiz autoritário.....	45
5. O fortalecimento do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1946	46
6. A Constituição Federal de 1967 e a posterior suspensão das garantias	47
7. A dogmática da Constituição Federal de 1988	48
7.1. Diferença deontológica entre garantias e prerrogativas da Magistratura	48
7.2. Vitaliciedade.....	56
7.3. Inamovibilidade e a remoção de juiz substituto.....	56
7.4. Irredutibilidade de subsídios e a Emenda Constitucional n. 135/2024	58
7.5. Alterações no Regime Remuneratório da Magistratura: Resolução Conjunta n. 14/2026 CNJ/CNMP	61

2

Particularidades decorrentes do Regime Jurídico da Magistratura.....	73
---	-----------

1. Independência funcional e o solipsismo.....	73
1.1. As balizas primárias.....	73
1.2. Vantagens, presentes, doações e prêmios: Resolução CNJ n. 650/2025	76
2. Reflexões filosóficas sobre a multiplicidade de atribuições e o misoneísmo	82
2.1. Funções inerentes e proatividade.....	82
2.2. Raízes mitológicas e literárias.....	92
3. MAGISTRATURA E MAGISTÉRIO: Resolução CNJ n. 650/2025	97
3.1. Compatibilidade de horários, cumulação e remuneração	97
3.2. Palestras e conferências.....	102
3.3. <i>Coaching</i> jurídico	104
3.4. Bancas de concursos e comissões de juristas	109
3.5. Congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais	110
4. Exercício de atividade empresarial.....	111
5. Direito fundamental à liberdade de pensamento e manifestação de opinião	113
5.1. Opinião sobre processos pendentes ou juízo depreciativo sobre decisões.....	115
5.2. A escrita jurídica	118
5.3. Utilização de redes sociais: sistema de prerrogativas e restrições.....	120
5.4. Atividade político-partidária: dedicação e manifestação.....	135

6.	Autorização para residir fora da comarca	140
6.1.	Hipóteses clássicas	140
6.2.	Providências práticas	143
6.3.	Revisitação do dever funcional.....	145
6.4.	Magistrados com deficiência, necessidades especiais ou doenças graves.....	149
7.	Afastamento para cursos de aperfeiçoamento profissional (Resolução CNJ 669/2025).....	155
8.	Especificidades na movimentação na carreira.....	164
8.1.	A valoração da antiguidade como critério de desempate na promoção por merecimento.....	164
8.2.	Regulamentação da permuta.....	174
8.3.	Ação afirmativa em razão de deficiência na promoção por merecimento	177
8.4.	Acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau	179
8.5.	Crítérios de valoração de aperfeiçoamento técnico (Resolução ENFAM n. 8/2025)	180
8.6.	Índice de conciliações na promoção	184
9.	Magistratura Feminina	185
9.1.	Instituição da Política Nacional de incentivo à participação feminina	185
9.2.	Repositório Nacional de mulheres juristas.....	186
9.3.	Emprego obrigatório da flexão de gênero	187
9.4.	Bancas examinadoras para ingresso na carreira da magistratura.....	187
9.5.	Acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau	188
9.6.	Outras alterações e mecanismos relativos à paridade de gênero	189
9.7.	Proteção Institucional às Mulheres no Judiciário.....	190
10.	Estatuto da magistratura brasileira interamericana	191

3

Principais deveres dos magistrados e suas implicações..... 195

1.	Imparcialidade	195
2.	Prazos.....	200
2.1.	Provimento n. 193/2025: 120 dias	202
3.	Urbanidade.....	204
4.	Atendimento	207
5.	Assiduidade	211
6.	Fiscalização.....	215
7.	Integridade.....	216

4

A responsabilidade dos magistrados pelos atos praticados..... 219

1.	A responsabilidade pessoal por atos jurisdicionais.....	219
2.	A normatização da responsabilidade funcional dos magistrados	222
2.1.	Principais fontes.....	222
2.2.	É possível punir com base no Código de Ética da Magistratura?.....	223
2.3.	Uniformização dos procedimentos disciplinares	226
3.	Independência das instâncias penal, civil e administrativa.....	228
4.	O abuso de autoridade e o poder judiciário.....	234
4.1.	Considerações iniciais sobre o termo “abuso”.....	234
4.2.	A Lei n. 4.898/1965 rotulada de autoritária	236
4.2.1.	A desconstrução da interpretação heurística do histórico da lei....	236
4.2.2.	Rememorando os principais aspectos práticos	239
4.3.	A superveniência da Lei n. 13.869/2019.....	241

4.3.1.	Motivos para análise da lei revogada	241
4.3.2.	Passo a passo da tramitação.....	242
4.3.3.	A proteção dos bens jurídicos tutelados na esfera internacional...	251
4.3.4.	Sujeito ativo: magistrados.....	252
4.3.5.	O elemento subjetivo especial do tipo: a pedra de toque	257
4.3.6.	Rui Barbosa e o crime de hermenêutica	259
4.3.7.	A ação penal	265
4.3.8.	Os efeitos da sentença penal condenatória	269
4.4.	Tipos penais destinados exclusivamente aos membros do Poder Judiciário ...	272
4.4.1.	A divisão dos tipos penais conforme o sujeito ativo	272
4.4.2.	Medidas de restrição de liberdade (art. 9º, parágrafo único)	276
4.4.3.	Condução coercitiva (art. 10).....	280
4.4.4.	Providências relativas à prisão (art. 19, parágrafo único).....	284
4.4.5.	Decretação de indisponibilidade de ativos financeiros (art. 36)	287
4.4.6.	Interceptação telefônica (art. 10, parágrafo único, da Lei n. 9.296/1996)	290
4.5.	Os reflexos da Lei de Abuso de Autoridade no PAD.....	291
4.5.1.	Migração de instâncias jurídicas	291
4.5.2.	Compilação dos principais reflexos	295
4.5.3.	Como ficam os órgãos de fiscalização.....	296

5

Conselho Nacional de Justiça 299

1.	A relevância do Conselho Nacional de Justiça	299
2.	Competência.....	302
2.1.	Supremo Tribunal Federal versus Justiça Federal	302
2.2.	Conselho Nacional de Justiça versus Corregedorias-Gerais	304
3.	Prazo para o CNJ rever processos disciplinares.....	306
3.1.	Revisão disciplinar de ofício	306
3.2.	Revisão disciplinar mediante provocação	309
4.	Comunicação entre o CNJ e os magistrados	311
5.	A autonomia administrativa dos tribunais	312
6.	Tramitação eletrônica dos procedimentos das Corregedorias	316

6

As Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça 321

1.	Evolução histórica no Brasil.....	321
2.	A Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal do Paraná.....	324
3.	Classificação dos atos dos Corregedores-Gerais.....	325
4.	Dois corregedores.....	329

7

Procedimentos das Corregedorias-Gerais 335

1.	Introito	335
1.1.	Classificações	335
1.2.	Investigação preliminar	338
1.3.	Sigilo dos expedientes	339
2.	Pedido de Providências (PP)	341
2.1.	Direito de petição	341
2.2.	Caráter residual.....	342

3.	Consultas	343
3.1.	Objeto.....	344
3.2.	Caráter normativo e enunciados.....	345
4.	Representação por excesso de prazo (REP)	348
4.1.	Legitimidade e interesse	349
4.2.	Qualificação e identificação	351
4.3.	Denúncia anônima.....	352
4.4.	Solicitação e reiteração de informações aos magistrados	353
4.5.	Réplica	354
4.6.	Fundamentação	355
4.7.	Hipótese de arquivamento liminar da reclamação disciplinar.....	355
4.8.	Crerios para aferição da razoável duração do processo	357
4.9.	O arquivamento monocrático das representações e o tempo morto	364
4.10.	Obrigatoriedade da comunicação da decisão de arquivamento ao CNJ.....	367
4.11.	Superveniente normatização no Código de Processo Civil	368
4.12.	O tempo de tolerância	371
4.13.	Contagem do prazo: dias corridos	373
5.	Reclamação Disciplinar (RD)	374
5.1.	Procedimento	374
5.2.	Solicitação de informações e réplica.....	375
5.3.	Emenda ao pedido inicial.....	375
5.4.	Reclamação contra matéria jurisdicional.....	376
5.5.	Ausência de indicativos de conduta irregular do magistrado	377
5.6.	Reiteração de reclamações disciplinares.....	377
5.7.	Embargos de declaração das decisões de arquivamento	378
5.8.	Recursos contra a decisão monocrática de arquivamento	380
5.9.	O abuso do direito de reclamar.....	382
6.	Sindicância.....	382
6.1.	Prescindibilidade do procedimento	383
6.2.	Defesa.....	384
7.	Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	385
7.1.	Breves apontamentos sobre a Resolução nº 135/2011 e a superveniência do julgamento da ADI n. 4638/DF em 2023.....	385
7.2.	Princípios.....	389
7.2.1.	Presunção de inocência.....	389
7.2.2.	Contraditório.....	390
7.2.3.	Ampla defesa	391
7.2.4.	Devido processo legal.....	392
7.2.5.	Retroatividade da norma mais benéfica	394
7.2.6.	Dignidade da pessoa humana.....	395
7.2.7.	Proporcionalidade	396
7.2.8.	Publicidade	397
7.3.	Defesa prévia.....	398
7.4.	Contagem dos prazos processuais.....	400
7.5.	Quórum para instauração	401
7.6.	Hipóteses de afastamento cautelar e provisório de magistrado à luz do julgamento da ADI n. 4638/DF em 2023.....	402
7.6.1.	Instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	402
7.6.2.	Investigação criminal ou processo penal	411
7.6.3.	Ação Civil Pública	413
7.7.	Manifestação do Ministério Público	414
7.8.	Relatoria	414
7.9.	Fase de citação e defesa.....	415

7.10.	Nomeação de advogado dativo.....	415
7.11.	Requisitos da portaria do processo administrativo.....	416
7.12.	Fase de instrução probatória.....	417
7.12.1.	Quebra do sigilo bancário, telefônico, fiscal e a paradigmática ADI n. 4709.....	419
7.12.2.	Suspensão do perfil das Redes Sociais	423
7.12.3.	Prova emprestada.....	426
7.12.4.	Prova documental.....	428
7.12.5.	Prova testemunhal.....	429
7.12.6.	Prova pericial	430
7.12.7.	Interrogatório.....	431
7.12.8.	Confissão.....	431
7.13.	Sessão de julgamento	432
7.13.1.	Intimações.....	432
7.13.2.	Composição do quórum e afastamentos	433
7.13.3.	Dispersão de votos.....	434
7.13.4.	Prorrogação do processo	436
7.14.	Aposentadoria voluntária superveniente	437
7.15.	Proteção institucional das vítimas no âmbito disciplinar.....	438

8

Penalidades aplicáveis aos magistrados no âmbito administrativo 443

1.	Advertência	444
2.	Censura.....	445
3.	Remoção compulsória.....	446
4.	Disponibilidade conforme Resolução cnj n. 563/2024	450
4.1.	Balizamento na dosimetria.....	458
5.	Aposentadoria compulsória punitiva.....	461
5.1.	Entre a sanção e a garantia: a revisão do papel da aposentadoria compulsória no Pós-2026.....	463
6.	Demissão	468
7.	Anotação e exclusão no assentamento funcional	470
8.	Controle do processo administrativo disciplinar pelo Poder Judiciário	471
9.	TAC (Termo de Ajustamento de Conduta)	473
9.1.	Mecanismos consensuais de resolução de conflitos	473
9.2.	A conciliação disciplinar é utilizada em outros países?.....	477
9.3.	A superveniência do Provimento n. 162/2024 do CNJ	480
10.	Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação	488
10.1.	Infração disciplinar de natureza grave.....	488
10.2.	Alteração no Código de Ética da Magistratura Nacional.....	491

9

Prescrição 493

1.	Aspectos gerais da prescrição	493
2.	Prazo prescricional no Processo Administrativo Disciplinar contra magistrados	494
3.	Necessidade ou não do processo criminal para aplicação dos prazos penais	495
4.	Considerações sobre o termo inicial da prescrição.....	497
5.	Prescrição intercorrente da pretensão disciplinar.....	497
6.	Imprescritibilidade.....	498

7. Novo regramento para prescrição e decadência em processos disciplinares de competência originária e revisional do CNJ..... 500

10

O gabinete dos Corregedores-Gerais 507

1. Plano de Gestão Administrativa e Judiciária 507
2. Inventário e acompanhamento dos processos 507
3. Comunicação de reuniões..... 508
4. Plantão das Corregedorias-Gerais..... 508
5. Qualificação interna..... 509
6. Divisão interna das atribuições 509
7. Juízes convocados pelas Corregedorias-Gerais..... 511

11

Função Fiscalizatória das Corregedorias-Gerais 515

1. Considerações Iniciais..... 515
2. Modalidades 517
 - 2.1. Correição ordinária 517
 - 2.2. Correição extraordinária 517
 - 2.3. Autoinspeção ordinária anual das unidades judiciárias 517
 - 2.4. Inspeção do CNJ nos Tribunais à luz do Provimento n. 156/2023 519
 - 2.5. Correição presencial e virtual..... 524
 - 2.6. Inspeções judiciais em unidades prisionais..... 526
3. Calendário de Correição..... 528
4. Pré-Correição..... 529
5. A atualização e a padronização das Correições..... 531
6. A informatização das Correições 531
7. Atas Correcionais..... 532
 - 7.1. Aspectos gerais de avaliação..... 533
 - 7.2. Aspectos específicos da avaliação..... 534
8. Relatório Reservado (RR)..... 536
 - 8.1. Aspectos quantitativos e qualitativos 536
 - 8.2. Objeto principal da avaliação 539
 - 8.3. Itens sopesados nas correições 540
 - 8.4. Seleção dos processos avaliados..... 542
 - 8.5. Mesa do Corregedor e mesa do magistrado..... 544
 - 8.6. Elogio na ficha funcional..... 544
 - 8.7. Entrega pessoal dos relatórios reservados pelo Corregedor-Geral..... 545
 - 8.8. Número anual de unidades judiciárias submetidas a correição..... 546
 - 8.9. Interpretação do conceito de unidade judiciária 547
 - 8.10. Correição dos juízes vitaliciandos..... 549
 - 8.11. Critério para designação dos magistrados submetidos a correição 549
 - 8.12. Correição dos juízes substitutos em segundo grau 550
 - 8.13. Afastamento do magistrado da jurisdição durante a correição..... 552
 - 8.14. Quantidade de unidades judiciárias..... 553
 - 8.15. Periodicidade das correições..... 553
 - 8.16. Correição devolutiva 554
 - 8.17. Prazo para entrega das atas e do relatório reservado..... 554
9. Pós-Correição..... 555
 - 9.1. Responsabilidade pelo cumprimento da ata correcional 556
 - 9.2. Publicidade das atas 556

10. Delegação de atos.....	557
11. Limites da atividade correcional	559
11.1. Infração disciplinar <i>versus</i> entendimento jurídico.....	559
11.2. Sistema de consequências	560

12

Função Formadora e Preceptora 563

1. Vitaliciamento	563
1.1. Resolução CNJ . 654/2025.....	569
2. O juiz formador e preceptor	572
3. Obrigações.....	574
4. Inovações no Sistema Informatizado do Vitaliciamento.....	578
5. Assunção tardia e lista de antiguidade.....	580

13

Função Orientativa e de Apoio 583

1. Capacitação jurídico-administrativa	583
2. Compilação de jurisprudência do Tribunal Estadual.....	586
3. Publicações	586
4. Boletim Informativo Mensal e Relatório Trimestral e Anual	586
5. Orientação nos perfis de demandas e ações repetitivas ou predatórias.....	587
6. Força-tarefa e mutirões.....	589

14

Unificação e aprimoramento do sistema correcional..... 595

1. Colégio permanente de corregedores-gerais dos tribunais do Brasil (CCOGE).....	595
1.1. Principais objetivos.....	595
1.2. Deveres das Corregedorias-Gerais	597
1.3. Cartas dos encontros do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais (EN-COGE)	598
2. Fórum nacional das corregedorias	635
2.1. Principais objetivos	635
2.2. Fóruns Nacionais das Corregedorias (FONACOR).....	636

Referências Bibliográficas 643